

**ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO CONTRIBUIÇÃO
METODOLÓGICA PARA A PESQUISA NO CAMPO DA
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

**CONTENT ANALYSIS AS METHODOLOGICAL CONTRIBUTION
TO RESEARCH IN THE FIELD OF EDUCATIONAL POLICY AND
MANAGEMENT**

**ANÁLISIS DE CONTENIDO COMO CONTRIBUCIÓN
METODOLÓGICA A LA INVESTIGACIÓN EN EL ÁMBITO DE
LA POLÍTICA Y GESTIÓN EDUCATIVA**

**Janete Palú¹
Oto João Petry²**

Resumo

Este artigo evidencia a relevância do enfoque epistemológico em pesquisas científicas no campo da política e gestão da educação, apresentando reflexões teóricas e conceituais sobre a Análise de Conteúdo (AC) e sua utilização como estratégia metodológica. Destaca suas etapas, regras e procedimentos com base em autores, como Bardin (2016), Moraes (1999), Câmara (2013), Silva e Fossá (2015) e Franco (2005), que apontam para os aspectos a serem observados nas análises que utilizam as técnicas e os procedimentos propostos pela AC. Descreve-se como suas técnicas foram utilizadas na construção de uma pesquisa dissertativa, detalhando o processo de seleção do *corpus* documental, leitura e interpretação dos dados. As categorias inferidas possibilitaram evidenciar as entrelinhas que permearam a implementação dos Planos de Gestão Escolar, o novo modelo de escolha do gestor e estratégia de governança adotada nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina a partir de 2013, esse, apesar de anunciado como democrático, apresenta elementos e utiliza instrumentos da Nova Gestão Pública, que concebe a gestão da escola pública de forma semelhante à gestão empresarial. Assim, apontam-se as potencialidades e limites da AC; conclui-se que a AC corresponde a um conjunto de técnicas complexas e rigorosas, todavia apresenta de modo didático a sua aplicabilidade como possibilidade epistemológica em estudos do campo da política educacional.

Palavras-chave: políticas educacionais; pesquisa; metodologia; gestão escolar.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Linha de pesquisa de Políticas Educacionais. Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE) da UFFS e do Grupo de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação da UFPR. Professora de História e Assistente Técnica Pedagógica da rede pública estadual de Santa Catarina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5887-6246>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7193337421845162>. E-mail: janete.palu@ufpr.br

² Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professor e Pesquisador da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE). Integra a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFFS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9216-5301>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6095133580168744>. E-mail: oto.petry@uffs.edu.br

Abstract

This article shows the relevance of the epistemological approach in scientific research in the field of education policy and administration, presenting theoretical and conceptual reflections about Content Analysis (CA) and its use as a methodological strategy. It highlights its stages, rules, and procedures according to Bardin (2016), Moraes (1999), Câmara (2013), Silva and Fossá (2015), and Franco (2005), all of whom indicate the aspects to be observed in the analyses that use techniques and procedures proposed by CA. This work also describes how Content Analysis techniques were used in the construction of a dissertation research, detailing the processes of selecting the documentary corpus, reading, and interpreting data. The inferred categories made it possible to establish the interstices that permeated the implementation of the School Management Plans, the new model for selecting school principals and governance strategies, which was adopted in state public schools in Santa Catarina in 2013 and has been in place ever since. This plan, although announced as democratic, presents elements from the New Public Management and the New Public Governance, making public school management very similar to the management of a private company. Thus, the potentialities and the limits of CA are indicated: it is concluded that although CA corresponds to a set of complex and rigorous techniques, its applicability as an epistemological possibility in studies in the field of educational policy is presented in a didactic manner.

Keywords: education policies; research; methodology; school administration.

Resumen

Este artículo destaca el enfoque epistemometodológico en la investigación científica en el campo de la política y gestión educativa, presentando reflexiones teóricas y conceptuales sobre el Análisis de Contenido (AC) y su uso como estrategia metodológica. Destaca sus pasos, reglas y procedimientos basados en autores, como Bardin (2016), Moraes (1999), Câmara (2013), Silva y Fossá (2015) y Franco (2005), que señalan a los aspectos a observar en los análisis que utilizan las técnicas y procedimientos propuestos por la AC. Se describe cómo se utilizaron sus técnicas en la construcción de una investigación de Maestría, detallando el proceso de selección del corpus documental, lectura e interpretación de los datos. Las categorías permitieron resaltar las líneas que permearon la implementación de los Planes de Gestión Escolar, el “nuevo” modelo de elección del gestor y estrategia de gobernanza de las escuelas públicas estatales de Santa Catarina desde 2013, aunque anunciado como democrático, presenta elementos y utiliza instrumentos de la Nueva Gestión Pública, que concibe la gestión de la escuela pública similarmente a la de empresas. Son señaladas las potencialidades y límites de AC; se concluye que la AC corresponde a un conjunto de técnicas complejas y rigurosas, sin embargo, presenta de manera didáctica su aplicabilidad como posibilidad epistemometodológica en estudios en el campo de la política educativa.

Palabras clave: políticas educativas; investigación; metodología; gestión escolar.

Introdução

O essencial é invisível aos olhos.
- O essencial é invisível aos olhos - repetiu o príncipezinho, para não se esquecer.
- Foi o tempo que perdeste com tua rosa que a fez tão importante.
Antoine de Saint-Exupéry (2008, p. 70)
O pequeno príncipe

Este artigo evidencia a relevância do enfoque epistemometodológico em pesquisas científicas no campo da política e gestão da educação, tem por objetivo caracterizar a análise de conteúdo (AC), bem como descrever e refletir sobre sua utilização como estratégia metodológica na construção da investigação e interpretação de dados. Ilustra como a análise categorial, uma das técnicas propostas pela AC foi utilizada no

desenvolvimento da pesquisa dissertativa *Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão*³ e trata das implicações decorrentes dessa opção.

Ao iniciar uma investigação científica, o pesquisador parte de questões que o move, instiga e, ao mesmo tempo, fornece elementos que contribuem para a compreensão do objeto de estudo. Afinal, como afirma Minayo (2002, p. 25), a pesquisa se difere de outras atividades, como a arte e a poesia, que são concebidas a partir da inspiração, uma vez que “[...] a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular.” Portanto, é importante destacar que a pesquisa científica segue determinadas etapas e critérios para que seus achados e resultados possam ser confiáveis, válidos e sustentados.

Nesse sentido, a cientificidade e o rigor científico das pesquisas exigem um exercício de vigilância permanente durante a construção da investigação. A abordagem epistemológica e a vigilância permanente têm por objetivo “[...] revisar permanentemente os limites do próprio conhecimento e, assim, abrir novos horizontes para o desenvolvimento do conhecimento humano” (Sánchez Gamboa, 2007, p. 61). Dessa forma, os pesquisadores precisam estar atentos e demonstrar preocupação em relação a aspectos básicos, porém importantes e imprescindíveis, uma vez que eles determinam a validade das pesquisas (Gatti, 2012). Por isso, é importante elucidar os caminhos percorridos durante a realização de uma investigação, bem como destacar as opções metodológicas que asseguram a cientificidade da pesquisa.

Mainardes (2018) destaca a importância das questões epistemológicas na elaboração de pesquisas no campo da política educacional, que enquanto campo teórico e acadêmico encontra-se em permanente expansão e em processo de construção contínua. É nesse campo que se insere a pesquisa que ilustra a aplicação da AC apresentada por meio deste artigo. Tello (2012) aponta para três componentes analíticos a serem observados nas pesquisas do campo da política educacional: a perspectiva

³ A pesquisa é resultado do trabalho dissertativo *Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão*, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó. Foi orientado pelo Professor Dr. Oto João Petry, submetido a exame de defesa e aprovado em agosto de 2019.

epistemológica, o posicionamento epistemológico e o enfoque epistemetodológico. Consideram-se os três componentes destacados por Tello (2012) importantes, todavia, no âmbito deste artigo, focaliza-se uma dimensão da pesquisa que engloba o enfoque epistemetodológico, embora os demais estejam imbricados. Mainardes (2018, p. 6) afirma que “[...]o enfoque epistemetodológico está relacionado ao nível de coerência entre o referencial teórico, opções metodológicas, análises e conclusões.”

Na esteira desse pensamento, “O enfoque epistemetodológico é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa com base em determinada perspectiva epistemológica e posicionamento epistemológico” (Mainardes, 2018, p. 6). Nas pesquisas acadêmicas, muitas vezes, esse enfoque é pormenorizado e secundarizado. Procura-se problematizar a importância desse aspecto, exemplificando como se utilizou a AC na construção de uma pesquisa dissertativa, afinal, como apontado por Mainardes (2018), o enfoque epistemetodológico se constituiu em uma espécie de fio condutor, ao mesmo tempo que articula os elementos da pesquisa, permitindo que caminhos viáveis sejam percorridos durante essa trajetória.

Diante do desafio da construção da pesquisa, uma das primeiras decisões diz respeito ao caminho metodológico a ser seguido e trilhado pelo pesquisador. A opção metodológica e as predileções que decorrem dessa opção mostram não somente a forma de seleção e interpretação dos documentos, mas também a relação estabelecida entre o pesquisador e seu objeto de estudo, tratamento dos dados, as relações entre as distintas partes que compõem a pesquisa e seu entrelaçamento, os caminhos a serem percorridos durante essa trajetória. De certo, as investigações nos diferentes campos científicos apresentam relevância acadêmica, social e científica. Cada qual contribui à sua maneira para o crescimento e construção do conhecimento científico em determinado campo, demandando tempo e dedicação do pesquisador, que deve estar muito atento aos passos que a pesquisa requer.

Nesse sentido, faz-se necessário optar por uma estratégia metodológica que, além de se constituir em uma espécie de bússola que aponte caminhos viáveis e seguros, possibilite extrair dos documentos, bem como do material empírico utilizado, possíveis respostas ou até mesmo novos questionamentos ante o que havia sido proposto ao se iniciar o estudo. Argumenta-se que, a AC, por meio de suas técnicas pode contribuir de

forma significativa para as pesquisas científicas, sobretudo, no campo da política e gestão da educação.

Moraes (1999) afirma que, por meio da análise de conteúdo é possível compreender as entrelinhas, o que não está dito, mas subentendido nas mensagens. O entendimento de Moraes (1999) vem ao encontro da epígrafe desse artigo, extraída do clássico *O Pequeno Príncipe*. No excerto, o príncipezinho repete o que a raposa lhe disse para não esquecer “O essencial é invisível aos olhos” (Saint-Exupéry, 2008, p. 70). Ou seja, muitas vezes, no desenvolvimento de pesquisas científicas, faz-se necessário recorrer a técnicas que possibilitem ler o que não está escrito, mas presente e subjacente nas entrelinhas dos documentos, o que não está visível aos olhos, mas pode ser elucidado com a utilização de uma metodologia, técnicas e instrumentos adequados que permitam perceber informações que, mesmo ocultas nos documentos, possam ser reveladas quando submetidas a certos procedimentos, como os que são propostos pela AC.

Esse foi o propósito dos pesquisadores, de forma que a utilização das técnicas da AC durante a investigação científica realizada no âmbito do mestrado em educação possibilitaram, por meio dos documentos selecionados, a leitura das entrelinhas que permeavam a implementação do novo modelo de governança⁴ das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, com a adoção dos Planos de Gestão Escolar (PGEs), que correspondem à nova forma de escolha do gestor e estratégia de gestão adotada a partir de 2013. Buscou-se, desse modo, por meio da análise categorial, perceber quais as

⁴ É importante destacar que “[...] a utilização do termo novo modelo de governança é uma expressão cunhada pela pesquisa; está relacionado a esse modo de escolha adotado por meio do decreto SC n. 1794/2013.” Os estudos apontam que sua origem está associada ao “[...] estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) intitulado *Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina, Brasil*. Nele, é apresentada uma visão da educação no Estado, bem como são feitas recomendações relacionadas à educação e sua importância para o mundo do trabalho, destacando a gestão e a administração do sistema estadual de ensino e das escolas que integram esse sistema. O capítulo 3 da publicação, intitulado ‘*Governança: Gestão do Sistema e da Qualidade*’, revela a presença dessa concepção no estudo realizado e posteriormente nas ações implementadas no Estado de Santa Catarina (OCDE, 2010).” (Palú, 2019, p. 30, nota de rodapé, grifo nosso). Portanto, a nova governança está relacionada à gestão empresarial, à versão neoliberal da globalização e às recomendações de seus agentes para o campo da gestão da educação e da escola. “A publicação da OCDE foi objeto de estudo do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, o qual emitiu um documento chamado *Proposições de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina: visão do CEE sobre a avaliação da OCDE*. No capítulo que trata da “Autonomia e Gestão da Escola”, o documento propõe medidas, entre as quais destacamos a adoção dos Planos de Gestão Escolar” (Palú, 2019, p. 30, nota de rodapé, grifo nosso).

intenções veladas que os documentos poderiam mostrar após submetê-los aos passos e etapas propostos pela AC.

Essa opção metodológica foi pautada nas possibilidades oferecidas pela análise categorial. Visando maior conhecimento e aprofundamento dos estudos relacionados à abordagem foram realizadas leituras diversas e participação em eventos⁵ que versavam sobre a utilização da AC como método de análise. Salienta-se que, alguns pesquisadores se equivocam ao pensar ser a AC uma metodologia de fácil aplicação, uma vez que ela requer muitos cuidados, rigorosidade, atenção às regras, etapas, procedimentos e domínio teórico.

Diante disso, por meio deste artigo procurou-se responder aos seguintes questionamentos: Como se caracteriza a Análise de Conteúdo? Em que medida a Análise de Conteúdo apresenta contribuições para o desenvolvimento de pesquisa no campo da política e gestão da educação? Como a AC foi utilizada no delineamento, construção e conformação da pesquisa: Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão? Inicialmente serão tecidas algumas considerações teóricas e conceituais sobre a AC, suas técnicas e seu emprego em investigações científicas, o que possibilita a constituição de um *corpus*, o tratamento de dados e a interpretação de diferentes documentos. Em seguida, apresentam-se considerações empíricas, ilustrando como a AC foi utilizada na construção e conformação de uma pesquisa dissertativa, que integra os estudos da política e gestão da educação. Por fim, as considerações finais.

⁵ Nos dias 06 e 07 de novembro de 2017, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó, ofertou o “*Estudo Dirigido em Análise de Conteúdo*.” (UFFS, 2017). Já em 2018, nos dias 20 e 21 de novembro aconteceu o Seminário “*Análise de Conteúdo*”, ambos promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenados pelo Professor Dr. Oto João Petry. (UFFS, 2018). Em 2019, foi realizado o “*I Seminário em Política Educacional: Diálogos Norte e Sul (PPGE/UFFS/SC/PPGE/UNIFAP/AP)*” que teve como objetivo “promover o fortalecimento das discussões e pesquisas em política educacional desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação, nível Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).” (UFFS, 2019). O evento foi coordenado pelo Professor Dr. Oto João Petry (UFFS) e pela Professora Dra. Ilma de Andrade Barleta (UNIFAP). Nesse último foi apresentada uma versão inicial do trabalho que corresponde a este artigo. Em 2020, nos dias 09, 10, 11 e 12 de novembro, foi realizado o “*II Seminário em Política Educacional: Diálogos Norte e Sul*”, via Plataforma Digital, em virtude da suspensão das atividades presencial devido à pandemia causada pela Covid 19. (Petry, 2020). É importante salientar que os estudos em “Análise de Conteúdo” integram as discussões realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE), do qual os autores são integrantes.

Análise de Conteúdo: definições e concepções

A Análise de Conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de interpretação de dados de natureza diversa, e enquanto metodologia de análise exige um grande esforço e criatividade do pesquisador. A utilização da AC na pesquisa em tela pautou-se nos estudos de Laurence Bardin (2016), professora-assistente de psicologia da Universidade de Paris V, reconhecida pesquisadora no campo. Segundo a autora, a AC consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

Um dos primeiros nomes que ilustra a utilização da AC em pesquisas é Lasswell (1915), que empregou as técnicas para analisar a imprensa e a propaganda durante a Primeira Guerra Mundial (Bardin, 2016). Conforme Bardin (2016), a história da AC pode ser observada por meio de seis momentos distintos: 1) os antecedentes e a pré-história; 2) o começo: a imprensa e a medida; 3) 1940-1950: a sistematização das regras e o interesse pela simbólica política; 4) 1950-1960: a expansão e a problemática; 5) 1960-1975: computadores e a semiologia; e 6) tendências atuais. A autora francesa não foi a precursora da utilização da AC, mas seu livro publicado originalmente em 1977, com o título *L'Analyse de Contenu*, sem dúvida se tornou um verdadeiro manual de utilização da AC, conforme pretendia a autora, que anunciou esse anseio no prefácio da obra: “Este livro pretende ser um manual, um guia, um prontuário. Tem por objetivo explicar o mais simplesmente possível o que é hoje a análise de conteúdo e a utilidade que pode ter nas ciências humanas” (Bardin, 2016, p. 16). Passado mais de 04 décadas da sua publicação, o livro foi reeditado em vários idiomas e se mantém como referência importante para pesquisadores que utilizam as suas técnicas.

Além de Bardin (2016), tomou-se como referência teórica as contribuições de Moraes (1999), Câmara (2013), Silva e Fossá (2015), Franco (2005), que são exemplos de autores nacionais que nas produções supracitadas utilizaram a AC ancorados nas proposições de Bardin (2016), cuja obra original foi publicada em 1977. Em relação à

origem e disseminação da AC como opção metodológica no desenvolvimento de pesquisas científicas, Moraes (1999) enfatiza que remonta o final do século XIX, contudo suas características e diferentes abordagens foram desenvolvidas ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX. Nos dias atuais, a AC, que passou por processos de reformulação ao longo de sua trajetória, constitui-se em técnica rigorosa, que apresenta de modo didático a sua aplicabilidade como possibilidade epistemológica.

As técnicas da análise de conteúdo têm sido utilizadas em pesquisas diversas, sendo que corresponde a “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2016, p. 37). Nesse sentido, Bardin (2016) explicitou as técnicas que compõem a AC, a destacar: a análise categorial, a análise de avaliação, a análise de enunciação, a análise proporcional do discurso, a análise da expressão e a análise das relações. Conforme Bardin (2016), a análise categorial ou análise temática, utilizada na pesquisa apresentada neste artigo, é a técnica mais antiga e a mais utilizada. Guimarães e Paula (2020, p. 683) alertam para o fato de que, ao utilizar a AC “[...]o pesquisador deve ter consciência de que é necessário especificar qual das técnicas foi escolhida; caso contrário, pouco será dito sobre o processo de análise realizado.” Sobre o objetivo da utilização da AC, é importante frisar que, diferentes documentos e objetivos dos investigadores podem ser submetidos a diversos procedimentos de análise, que visam, em linhas gerais, evidenciar conteúdos latentes, indiretos, mensagens que podem estar por detrás do que foi escrito (Bardin, 2016).

Quanto às possibilidades representadas pela utilização das técnicas da AC e os documentos que podem ser submetidos ao método, Moraes (1999, p. 2) enfatiza que “A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos.” O desenvolvimento da abordagem permite “[...] descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (Moraes, 1999, p. 9). Nesse sentido, “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significado de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (Bardin, 2016, p. 38).

Conforme Olabuenaga e Ispizúa (1989), citados por Moraes (1999, p. 9-10), o tratamento dos dados por meio das técnicas da AC, quando utilizado adequadamente, permite abrir “portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.” Destaca-se que “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça [...] representa [...] uma busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 2016, p. 50).

A análise dos documentos submetidos às técnicas e procedimentos da AC tem por objetivo “[...] representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Bardin, 2016, p. 51). No entanto, é preciso observar que a AC aplicada à pesquisa deve obedecer a algumas fases, que, “[...] tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2016, p. 125).

Conforme a autora, a “[...] primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.” (Bardin, 2016, p. 125). Assim, é preciso detalhar como foram escolhidos e quais serão os documentos que constituirão o *corpus* da pesquisa. Destaca-se que “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras” (Bardin, 2016, p. 126).

Para Flick (2009b, p. 126), “A maneira como os documentos são concebidos é uma parte do seu significado e a maneira como algo é apresentado influencia os efeitos que serão produzidos por um documento.” Cabe apontar que o *corpus* se constitui de “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade, e com o qual ele irá trabalhar” (Barthes, 1967, p. 96 citado por Bauer & Gaskell, 2007, p. 44).

A partir da definição do *corpus*, iniciam-se os procedimentos determinados pela AC. Em relação ao processo da análise de conteúdo, Moraes (1999, p. 15), a partir de uma releitura das proposições de Bardin (2016), esclarece que o mesmo é constituído de cinco etapas: 1) preparação das informações; 2) unitarização ou transformação do

conteúdo em unidades; 3) categorização ou classificação das unidades em categorias; 4) descrição; 5) interpretação.

Dessa forma, a utilização das técnicas que compõem a AC pode contribuir para a construção de pesquisas científicas pautadas no rigor científico que a atividade requer, sobretudo no campo da política e gestão da educação. Conforme Oliveira, Ens, Andrade e Mussis (2003, p. 5), a AC pode ser “[...] um instrumento de grande utilidade em estudos, em que os dados coletados sejam resultados de entrevistas (diretivas ou não), questionários abertos, discursos ou documentos oficiais, textos literários, artigos de jornais, emissões de rádio e de televisão.” Suas proposições permitem a construção de caminhos seguros, possibilitando a interpretação de diversos tipos de documentos de forma que a adoção de seus procedimentos permita inferir além do que está escrito ou anunciado. “Ela ajuda o educador a retirar do texto escrito seu conteúdo manifesto ou latente.” (Oliveira, Ens, Andrade & Mussis, 2003, p. 5). Portanto, seguir as etapas propostas pela AC, empregando suas técnicas em pesquisas no campo da política e gestão da educação, possibilita encontrar o essencial, muitas vezes invisível aos olhos, como lembra a epígrafe deste escrito.

É com base nas técnicas, etapas, regras e procedimentos previstos pela AC e ancorados nos estudos de autores que fornecem arcabouço teórico que sustentam a metodologia que será descrito como se procedeu à seleção e análise dos documentos que compõem o *corpus* da investigação dissertativa realizada. Será detalhada na seção a seguir.

Análise de Conteúdo: contribuições na conformação da pesquisa “Planos de Gestão Escolar: a gestão democrática em questão”

Um dos objetivos do artigo é apresentar um exemplo de utilização da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), a partir de uma pesquisa dissertativa sobre gestão escolar, cujas investigações integram o campo da política educacional. Segundo Souza (2016, p. 86), os estudos realizados no campo têm por objetivo “[...] conhecer e mostrar como são operadas as relações entre o Estado e a Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade.” Por meio de levantamento, Souza

(2014, p. 358) inferiu que as pesquisas que tratam da gestão da educação (de sistema, escolar e de gestão democrática) figuram entre as principais temáticas pesquisadas no campo das políticas educacionais, correspondendo a ¼ dos estudos realizados.

Vieira (2007, p. 61), ao diferenciar a gestão educacional da gestão escolar, afirma que “As definições advindas da Constituição e da LDB permitem situar o terreno da gestão educacional como espaço das ações dos governos, sejam eles federal, estaduais e municipais.” Já a “A gestão escolar, como o próprio nome diz, refere-se à esfera de abrangência dos estabelecimentos de ensino” (Vieira, 2007, p. 61). No âmbito do artigo, utilizou-se o termo gestão da educação de modo abrangente, portanto referindo-se tanto à gestão educacional quanto escolar.

De acordo com Sander (2009, p. 76), o campo educacional brasileiro e o processo de construção e reconstrução das práticas e concepções de gestão educacional foram e continuam sendo “[...] uma arena de disputas em que diferentes atores tratam de impor suas opções político-pedagógicas e suas categorias de percepção e interpretação.” Um dos grandes desafios vivenciados pelos pesquisadores do campo está relacionado ao “[...] exame crítico das categorias analíticas e práticas de administração universitária e gestão escolar concebidas na esteira da globalização da economia neoliberal” (Sander, 2009, p. 76). No Brasil, a realidade educacional aponta para a necessidade da defesa da gestão democrática da educação pública impressa nos marcos legais após muitas lutas e disputas ao longo dos anos de 1980 e 1990 e para o “[...] desafio de traduzir o discurso político para efetivas práticas democráticas em numerosas instituições de ensino do país” (Sander, 2009, p. 76). Desafio esse que tem assumido formas gigantescas frente ao quadro de retrocessos, regressão e recrudescimento do autoritarismo vivenciado a partir de 2016.

Diante do avanço do neoliberalismo, das reformas vivenciadas no âmbito do Estado que induziram à adoção de formas de administração oriundas do setor empresarial no âmbito da administração pública, denota-se o recrudescimento de discursos e movimentos que defendem que a administração da educação e da escola deve também seguir esses direcionamentos. Esses movimentos não são recentes, contudo têm “[...] se exacerbado ultimamente, configurando um crescente assalto da

lógica da produtividade empresarial capitalista sobre as políticas educacionais e, em especial, sobre a gestão escolar” (Paro, 2015, p. 104).

É nesse campo e contexto que a pesquisa que ilustra a utilização da AC está inserida, uma vez que na dissertação *Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão*, buscou-se interpor uma reflexão acerca da gestão democrática a partir dos PGEs, que correspondem à nova forma de escolha do gestor e de gestão, instituídos nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina por meio do decreto governamental SC n. 1794/2013. Para a seleção, análise e interpretação dos diferentes documentos utilizou-se as técnicas propostas pela AC, em especial a análise categorial.

É importante sublinhar que a AC não se fez presente somente no processo de tratamento e interpretação dos dados, mas desde o início do processo de construção e delineamento da investigação, na definição e seleção dos documentos, após um processo de *leituras flutuantes* a respeito da temática e a partir de um olhar investigativo em relação ao “novo” modelo de gestão implantado em Santa Catarina a partir de 2013. A leitura flutuante “[...] consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2016, p. 126). Destaca-se que os documentos não foram definidos *a priori*, mas foram emergindo com base na investigação proposta, para dar conta das questões de pesquisa. Nesse sentido, é importante salientar que “esse *corpus* pode ser estabelecido em um momento no início da análise e pode ser redesenhado durante seu progresso e segundo as lacunas no material ou análise até então” (Flick, 2009a, p. 52).

Depois desse procedimento inicial, “Com o universo demarcado (o gênero de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise) é muitas vezes necessário proceder-se à constituição de um *corpus*” (Bardin, 2016, p. 126). Essa constituição precisa seguir determinadas regras, como observa Bardin (2016):

- a) **Regra da exaustividade:** “[...] é preciso ter-se em conta todos os elementos desse *corpus*. Em outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão [...]” (Bardin, 2016, p. 126-127), seja

falta de interesse, seja alguma dificuldade encontrada. A autora ressalta que a regra é completada pela “não seletividade” (Bardin, 2016, p. 126-127);

- b) **Regra da representatividade:** a amostra deve ser rigorosamente selecionada, de forma a se constituir representativa em relação ao universo inicial, pois os resultados deverão representar o todo. No entanto, “Nem todo o material de análise é suscetível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise), se este for demasiado importante” (Bardin, 2016, p. 127);
- c) **Regra da homogeneidade:** “os documentos retidos devem ser homogêneos, isto é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios” (Bardin, 2016, p. 128);
- d) **Regra da pertinência:** “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (Bardin, 2016, p. 128).

As leituras flutuantes direcionaram a documentos que influenciaram e orientaram o novo modelo de escolha do gestor e de gestão no estado catarinense. A partir das regras delimitadas por Bardin (2016), foram definidos quais documentos seriam objeto de análise e poderiam contribuir com elementos importantes na tentativa de se encontrar possíveis respostas à questão central da investigação: Como os Planos de Gestão Escolar, adotados como a nova forma de escolha do gestor e estratégia de governança, concebem o papel da educação e da escola e dimensionam em metas e ações a gestão de escolas públicas estaduais de Santa Catarina?

Com esse objetivo e sempre atentos às regras de constituição do *corpus* (Bardin, 2016), e com base nas inúmeras leituras e releituras dos materiais, foram selecionados e agrupados dois conjuntos de documentos que foram analisados durante a pesquisa. O primeiro conjunto corresponde aos documentos considerados centrais na discussão do objeto da pesquisa (Quadro 1). Já o segundo corresponde aos PGEs selecionados (Quadro 2). Para identificação dos documentos centrais e posterior análise, utilizou-se um código formado pela letra D (documento), seguido de um número, que corresponde ao documento específico, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Documentos centrais à discussão

Identificação	Documento	Ano	Descrição	Produção
Documento 1 (D1)	Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina, Brasil (OCDE). Sumário, Capítulos 3 (p. 65-79), 8 (p. 244-246) e 11 (p. 357-359)	2010	Documento produzido pela OCDE mediante solicitação do governo do estado de Santa Catarina. Faz uma análise do sistema educacional no estado e propõe ações nesse campo.	OCDE
Documento 2 (D2)	Proposição de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina	2012	Estudo, análise e recomendações do CEE/SC a partir do documento da OCDE “Avaliações de Políticas Nacionais de Educação – Estado de Santa Catarina, Brasil”.	CEE/SC
Documento 3 (D3)	Decreto n. 1. 794	2013	Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades.	SANTA CATARINA
Documento 4 (D4)	Portaria n. 24	2015	Regulamenta o processo de seleção dos Planos de Gestão das unidades escolares da Educação Básica e Profissional da rede estadual de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, e o exercício da função de diretor de escola.	SED/SC
Documento 5 (D5)	Edital n. 16 e alterações realizadas por meio do Edital n. 21	2015	Regulamenta o processo de inscrição dos Planos de Gestão Escolar e orienta seu processo de escolha.	SED/SC
Documento 6 (D6)	Termo de Compromisso de Gestão	2015	Termo assinado pelo gestor e seus assessores no ato da posse.	SED/SC
Documento 7 (D7)	Orientações para o gestor escolar	2016	Instrumento destinado à orientação e suporte de trabalho para diretores de escola.	SED/SC

Fonte: Palú (2019, p. 100-101).

Ressalta-se que a leitura e a análise exaustiva dos documentos que influenciaram e orientaram a adoção dos Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina foram tarefas necessárias para se fazer o cerco epistemológico ao objeto de estudo e compreender como aconteceu o processo de conformação desse “novo” modelo de gestão. Em virtude de sua relevância, os quais foram denominados “documentos centrais da pesquisa”, optou-se por mantê-los e destacá-los na metodologia e na pesquisa, sendo que eles mantêm um profundo diálogo entre o material bibliográfico e os PGEs analisados, e foram essenciais para a compreensão do objeto de estudo.

Concomitantemente ao processo de coleta de documentos, foi realizada a leitura e a seleção de materiais bibliográficos que tratavam da temática e abordavam a gestão educacional e escolar nos âmbitos internacional, nacional e local. Selecionou-se um conjunto de estudos atuais sobre a temática no âmbito da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e artigos publicados pela Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), que abrangeram o período de 2013 a 2017. Esses estudos e suas contribuições constituíram um capítulo da dissertação que apresenta a utilização da AC por meio deste artigo.

Já em relação aos PGEs, é importante esclarecer que nem todos os planos das escolas públicas estaduais de Santa Catarina foram objeto do estudo. Em 2017, período em que se iniciou a pesquisa, 1.073 escolas integravam a rede estadual de ensino de Santa Catarina (Santa Catarina, 2018b). Diante desse cenário, optou-se por realizar a investigação por meio de uma amostra. Como critério para definição, utilizou-se a área de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó, que corresponde ao oeste e extremo-oeste catarinense. Foram observadas as pesquisas sobre a temática que estavam sendo desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE)⁶.

Destaca-se que a versão dos PGEs que compõe o *corpus* da pesquisa e que foi submetida à análise corresponde aos documentos escolhidos em 2015, para o mandato de 2016 a 2019, em sua versão apresentada pelo candidato à função de dirigente escolar, versão submetida à análise do consultor *ad hoc* e referendada pela comunidade por meio de votação direta⁷. Os planos estão disponíveis para consulta pública no WEBGESC, de onde foram coletados no segundo semestre de 2017.

⁶ Conforme descrição disponível no *site* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), “O Grupo de Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE) tem como objetivo reunir pesquisadores de diferentes áreas em rede colaborativa e interdisciplinar com interesse na Gestão e Inovação Educacional e, em suas respectivas linhas de pesquisa, com vistas à estudos para a ampliação e o aprofundamento dos processos educativos e formativos, marcadamente, inovadores. A criação do Grupo de Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE) se reveste de importância singular, uma vez que pretende abarcar temas e congrega pesquisadores em ambiente de estudos e pesquisas colaborativo e interdisciplinar. O mesmo se vincula ao Curso de Pedagogia e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Os estudos não se restringirão à Educação Básica, apesar desta ser foco preferencial, cotejam com a gestão, a inovação, as inteligências comunicativas em educação, a educação integral, a avaliação educacional tanto da educação básica quanto da educação superior” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2020).

⁷ Os PGEs estão disponíveis no WEBGESC – Plano de Gestão Escolar (Santa Catarina, 2018c),

Diante desse contexto, direcionou-se a amostra para os PGEs das escolas públicas estaduais que integravam a Gerência Regional de Educação da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Miguel do Oeste – SC⁸. Em relação aos PGEs, observando as regras da AC, primeiramente, definiu-se que todos os municípios da regional teriam escolas representadas na pesquisa (*regra da representatividade*). Nos municípios que possuem apenas uma escola pertencente à rede estadual de ensino, esta automaticamente constituiria o *corpus* da pesquisa. Já nos municípios que apresentam um maior número de escolas, optou-se por escolher duas, sendo critério maior número de matrículas e atender todos os níveis de ensino. No caso de a escola não atender todos os níveis de ensino, o critério utilizado foi o maior número de matrículas. Outro critério utilizado foi que o PGE deveria ter sido aprovado pela comunidade no ano de 2015. Atendendo a esses critérios, foram selecionadas dez escolas, que tiveram seus PGEs analisados, conforme visualizado no Quadro 2.

Ressalta-se que a identidade da escola e do gestor foram preservadas, já que para sua identificação, no âmbito da pesquisa, utilizou-se um código formado pela abreviação do termo Plano de Gestão Escolar (PGE) correspondente à escola, ao qual foi acrescido um número que corresponde ao PGE selecionado, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – PGEs que constituem o *corpus* da pesquisa

PGE	Município	Número de alunos	Níveis de ensino ofertados		
			Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
PGE1	Bandeirante	63	-	-	X
PGE2	Barra Bonita	203	X	X	X
PGE3	Belmonte	205	-	X	X
PGE4	Descanso	203	X	X	X
PGE5	Descanso	348	-	X	X
PGE6	Guaraciaba	454	-	X	X
PGE7	Guaraciaba	38	-	X	-
PGE8	Paraíso	301	-	X	X
PGE9	São Miguel do	485	X	X	X

plataforma na qual é possível visualizar o documento e suas revisões a partir da busca realizada com o nome da escola. A versão inicial apresentada sofreu alterações ao longo dos anos, como pode ser observado na plataforma. No entanto, escolheu-se a primeira versão por ser a que foi submetida à consulta da comunidade escolar e também conter as considerações do consultor *ad hoc*.

⁸ Por meio do Decreto SC n. 144, de 12 de junho de 2019, essas organizações passaram a ser denominadas Coordenadorias Regionais e Supervisões Regionais de Educação. Atualmente todas são denominadas Coordenadoria Regional de Educação (Santa Catarina, 2019).

	Oeste				
PGE10	São Miguel do Oeste	592	X	X	X
Total de escolas pesquisadas					10
Total de alunos das escolas selecionadas					2.892
Total de alunos das escolas da 1ª GERED					4.955

Fonte: elaborado por Palú (2019, p. 106), com base em dados do Censo Escolar 2017 – Matrícula Inicial (Santa Catarina, 2018a).

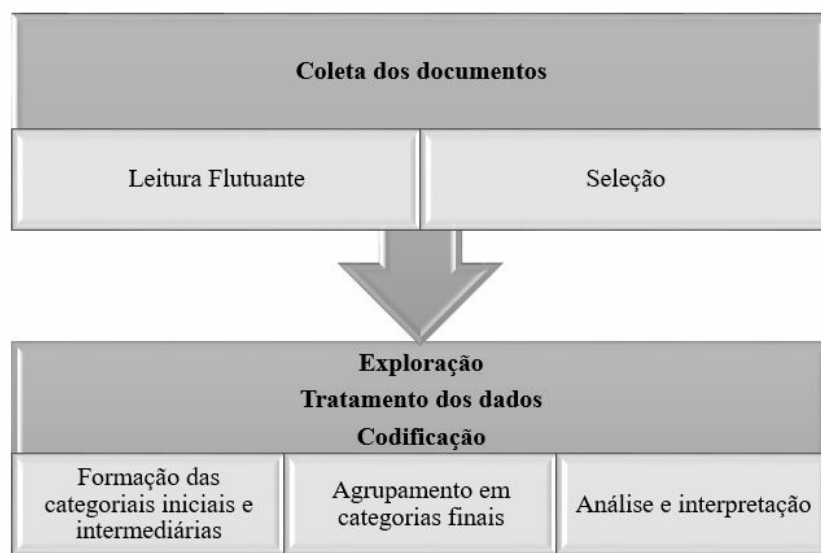
A escolha de dez PGEs, selecionados como amostra, decorre dos critérios estabelecidos intencionalmente. Destaca-se que no ano de 2015, 1.073 escolas integravam a rede estadual de ensino, porém como a pesquisa se resume ao tempo previsto pelo Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado, foi necessário adotar critérios que possibilitassem seu desenvolvimento no tempo pretendido. No decorrer da dissertação, para efetuar a análise e interpretação, foram extraídos fragmentos dos Planos de Gestão Escolar, os quais foram identificados pela sua abreviação (PGE), seguida do número do documento selecionado e da página em que se encontravam.

Todos os planos foram lidos e analisados de *forma exaustiva*, para que, a partir deles, se pudesse proceder a formulação das categorias de análise. Como afirma Moraes (1999, p. 19), essa é, “sem dúvida, uma das etapas mais criativas da análise de conteúdo.” Sua escolha pode acontecer *a priori*, ou as categorias podem emergir a partir da leitura dos dados. Todavia, a formação das categorias deve obedecer a alguns quesitos, para serem consideradas válidas, portanto, devem ser homogêneas, exaustivas, exclusivas e adequadas (Bardin, 2016). Moraes (1999) corrobora essa visão, ao afirmar que as categorias devem obedecer a um conjunto de critérios e submetidas às exigências e regras da AC, ou seja, devem ser válidas, exaustivas, homogêneas, exclusivas e consistentes. Além disso, as categorias precisam ser pertinentes ou adequadas. O autor sugere que o processo de categorização pressupõe um número reduzido de categorias finais, uma vez que o objetivo da AC é a redução de dados de uma comunicação.

As categorias da dissertação em tela emergiram a partir da análise. Esse processo ilustra um dos caminhos que pode ser seguido na elaboração das categorias, Franco (2005, p. 59) afirma que, muitas vezes, “As categorias não são definidas *a priori*. Emergem da ‘fala’, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam em constante ida e volta do material de análise à teoria.” Dessa forma, as categorias iniciais foram

evidenciadas a partir dos elementos comuns presentes nos documentos; elas foram reagrupadas em categorias intermediárias que deram origem às três categorias finais, que apresentam elementos com características comuns. Tais categorias foram pautadas nos objetivos da investigação, em seu referencial teórico, aporte documental e material empírico que constituiu o *corpus* da pesquisa. A partir de então, procedeu-se ao tratamento dos dados e interpretações. Os procedimentos podem ser visualizados na figura que segue.

Figura 1 – Procedimentos realizados



Fonte: elaborado pelos autores (2020) a partir de Bardin (2016), Moraes (1999), Palú (2019).

As três categorias que emergiram desse processo foram: 1) *Educação e escola no contexto da globalização e da economia de conhecimento*; 2) *Concepções de gestão: implicações para a organização e gestão escolar e*; 3) *Participação na escola: sentidos e disputas*. Após o processo de elaboração das categorias avança-se para as próximas etapas da AC. Segundo Bardin (2016), nessa fase ocorre “o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” e na visão de Moraes (1999) corresponde à descrição e interpretação. Moraes (1999, p. 24) afirma que “Uma boa análise de conteúdo não deve limitar-se à descrição. É importante que procure ir além, atingir compreensão mais aprofundada do conteúdo mediante a inferência e a interpretação.” A seguir apresenta-se

de maneira breve o processo de descrição e análise das categorias que compõem a pesquisa dissertativa em questão.

A primeira categoria inferida foi *Educação e escola no contexto da globalização e da economia de conhecimento*. Por meio dela, é possível perceber como os documentos que influenciaram e nortearam a implementação do novo modelo de governança, bem como os textos dos PGEs em Santa Catarina, concebem a educação e a escola. A análise dos PGEs forneceu elementos para a elaboração de um quadro matricial que evidencia o modo como esses documentos, que constituem a nova forma de escolha do gestor e de gestão de escolas públicas estaduais catarinenses, concebem a educação e a escola no contexto atual, como se observa no quadro que segue, o mesmo foi adaptado para que, de forma resumida, por meio de fragmentos de alguns PGEs selecionados, fosse possível exemplificar essa construção.

Quadro 3 – Educação e escola no contexto da globalização e da economia de conhecimento

Definição	
Os Planos de Gestão Escolar revelam concepções de “educação” e “escola” influenciadas pelo contexto global e orientações emanadas pelos atores hegemônicos globais e, por outro lado, concepções que diferem e se contrapõem ao pensamento hegemônico, sendo essas mais democráticas, que percebem a educação como libertadora e a escola como espaço de emancipação; essa última tem suas raízes nos grandes movimentos em prol da educação e da escola pública realizados no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990, que deixaram suas marcas e legados.	
Educação	
Concepção	Como é citada nos Planos de Gestão Escolar
Transformação	PGE3: A educação deve buscar a transformação da realidade, o ser humano como ser social e histórico participa deste processo, considerando-se o conhecimento como fruto de uma construção coletiva, e o professor assume o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem, gerando troca e crescimento mútuo, num movimento dialético [...] (p. 02).
Escola	
Concepção	Como é citada nos Planos de Gestão Escolar
Preparar para o mercado de trabalho	PGE1: [...] além de preparar para o mercado de trabalho, valorizando sempre o saber adquirido [...] (p. 01). PGE6: [...] formar indivíduos para o mercado de trabalho (p. 02).

Fonte: adaptado de Palú (2019, p. 199-201), com base nos PGEs selecionados.

Já a segunda categoria explicitada foi *Concepções de gestão: implicações para a organização e gestão escolar*. Abarca os conceitos de “gestão escolar” e apresenta a concepção de gestão democrática evidenciada nos documentos centrais e nos PGEs. Busca indícios da gestão democrática nos documentos centrais à discussão, nas metas e ações propostas pelos PGEs. A categoria revela os elementos que compõem a gestão

gerencial, incorporada ao cenário da gestão educacional e escolar a partir dos anos 1990, que se aproxima da gestão de empresas. Da mesma forma, aponta, por meio dos documentos centrais à discussão, nas metas e ações dos PGEs, indícios que sinalizam para essa perspectiva de gestão. Apresenta as implicações desses modelos para a organização e a gestão escolar.

A categoria *Participação na escola: sentidos e disputas* apresenta uma das principais questões discutidas ao longo do trabalho dissertativo: a participação, bem como conceitos de “autonomia” e “descentralização” a ela associados. Evidencia como a participação na escola, um importante elemento da gestão, está sendo ressignificada e está presente nos modelos de gestão. Demonstra como a participação na escola é concebida nos PGEs; destaca os mecanismos e as formas de participação previstos nos documentos.

É importante ressaltar que na condução da pesquisa as análises não foram realizadas em capítulo específico da investigação (Palú, 2019), mas de forma integrada, dessa forma buscou-se estabelecer um processo dialógico-problematizador mais abrangente, sem perder de vista as particularidades implicadas no estudo. Destaca-se que as técnicas e regras da análise de conteúdo foram determinantes na escolha do *corpus* documental, construção das categorias de análise, descrição e interpretação. Os procedimentos realizados forneceram importantes elementos para a conformação da pesquisa, expressos nas principais categorias da investigação supradescritas, que possibilitam um novo olhar e novas interpretações sobre a nova política de gestão implementada no Estado de Santa Catarina.

Essa relação e integração entre as categorias, o *corpus* documental e os aportes legais foram importantes para que as interpretações pudessem atender às questões de pesquisa. Afinal, “[...] é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles são o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação.” (Câmara, 2013, p. 189). Esse foi o objetivo ao se utilizar as técnicas da AC na construção do trabalho dissertativo, com base nas proposições de Bardin (2016), Moraes (1999) e demais autores, afinal, a escolha da abordagem metodológica se constitui em importante momento da definição dos caminhos a serem percorridos pela

investigação, uma bússola que aponta os direcionamentos, tornando os caminhos mais confiáveis.

Em suma, os procedimentos utilizados durante a análise dos documentos selecionados contribuíram para a indicação de possíveis respostas e, ao mesmo tempo, apontaram para novos questionamentos em relação à nova forma de escolha do gestor e estratégia de governança implementada nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina a partir de 2013. Tal modelo, apesar de anunciado como democrático, apresenta elementos e utiliza instrumentos da Nova Gestão Pública e da Nova Governança Pública⁹, que concebem a gestão da escola pública de forma semelhante à gestão de empresas, a partir dos pressupostos do mercado.

Considerações finais

Este artigo teve como propósito evidenciar a relevância do enfoque epistemológico em pesquisas científicas no campo da política e gestão da educação, para tanto apresentou reflexões teóricas e conceituais sobre a Análise de Conteúdo (AC) e sua utilização como estratégia metodológica, ilustrando a sua aplicabilidade por meio de uma pesquisa dissertativa que trata da gestão escolar. O campo da política educacional, conforme Mainardes (2018), está em fase de expansão e construção, sendo que se faz necessário observar o enfoque epistemológico que conduz as investigações, esse se configura em uma espécie de fio condutor da pesquisa (Mainardes, 2018). Destaca-se que AC e suas técnicas podem se apresentar como ferramenta metodológica importante, oferecendo subsídios que possibilitam a rigorosidade que a atividade requer, uma vez que se trata de estratégia metodológica adequada para os estudos do campo, embora se constitua em procedimento metodológico complexo em sua materialização.

⁹ Osborne (2006) destaca a existência de três grandes paradigmas no âmbito da administração pública: 1) Administração Pública Burocrática, que predominou por quase um século, do final do século XIX até o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980; 2) Nova Gestão Pública (*New Public Management*), dos anos 1980 até o início do século XXI; e 3) Nova Governança Pública (*New Public Governance*), que emergiu no século XXI. Os pressupostos do neoliberalismo e da administração empresarial constituem a base dos dois últimos paradigmas. No Brasil esse processo é vivenciado principalmente a partir dos anos de 1990 com a reforma do Estado. Observa-se que esses valores também são reverberados para a administração da educação e da escola pública.

A utilização da AC como técnica para a seleção, análise e interpretação dos materiais que constituem o *corpus* de uma investigação representa uma opção metodológica que vem crescendo nos últimos anos, em especial, em pesquisas de caráter qualitativo. Entretanto, é preciso observar as singularidades e diferentes etapas que o método requer, conforme apontam alguns estudiosos da abordagem, como Bardin (2016), Moraes (1999), Câmara (2013), Silva e Fossá (2015) e Franco (2005), de forma a garantir a cientificidade e o rigor científico das pesquisas.

Além de abordar questões teóricas e conceituais relacionadas à AC, procurou-se enfatizar a sua utilização em pesquisas científicas que integram o campo da política da política e gestão da educação, exemplificando de forma empírica como ocorreu a seleção do *corpus* documental, leitura, análise e interpretação dos documentos selecionados para compor uma pesquisa dissertativa. Buscou-se por meio dos procedimentos e fundamentos propostos pela AC possíveis respostas para as questões de pesquisas, pautadas na rigorosidade que pressupõe o método. A análise categorial e as categorias inferidas possibilitaram uma leitura das entrelinhas do novo modelo de escolha do gestor e estratégia de governança adotado nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina a partir de 2013. Essas entrelinhas apontaram para a origem dos PGEs e a concepção de educação, escola e gestão presentes no novo modelo que, embora anunciado como democrático, apresenta elementos e utiliza instrumentos dos novos paradigmas de gestão pública que emergiram a partir das reformas neoliberais, que concebem a gestão da escola pública de forma semelhante à gestão de empresas.

Observa-se que alguns pesquisadores se equivocam ao pensarem ser essa uma metodologia simples e de fácil aplicação, uma vez que ao ser implementada revela sua complexidade, exigindo muitos cuidados, rigorosidade, atenção às regras, etapas e procedimentos e domínio teórico. Todavia, ao cumprir suas exigências, o investigador pode estar ancorado em um instrumento metodológico potente para elucidar questões importantes, ler as entrelinhas, perceber o que foi velado, pois como afirmam Lasswell, Lener e Poll (1952) citados por Bardin (2016, p. 19), “A análise de conteúdo deve começar onde os modos tradicionais de investigação acabam.” A abordagem oferece ferramentas para alcançar tais propósitos.

Contudo, apesar das potencialidades da AC, ela também apresenta limites, como pesquisadores é importante reconhecê-los. A AC nasce no berço positivista, mas ao longo de sua história rompe com essa tradição e se apresenta como uma metodologia de análise que pode ser utilizada tanto em pesquisas quantitativas quanto qualitativas. No que diz respeito às fragilidades, alguns pesquisadores consideram a análise categorial ou temática um tanto subjetiva, uma vez que está relacionada às percepções do pesquisador, o que, por outro lado, também pode ser entendida como uma vantagem (Oliveira et al., 2003). Outra limitação diz respeito às pesquisas que privilegiam o critério da frequência, uma vez que esse nem sempre expressa a importância de um tema, pois embora recorrente em um documento pode não ser merecedor de atenção (Oliveira et al., 2003). Em relação à análise categorial que toma como unidade de registro o tema, uma das limitações pode estar relacionada ao tempo exigido para a coleta de dados (Franco, 2005), bem como o domínio teórico que implica no desenvolvimento das demais fases propostas pela AC.

Por fim, espera-se que este estudo venha de alguma forma contribuir para evidenciar a importância do enfoque epistemológico (Mainardes, 2018) que diz respeito a uma das dimensões da pesquisa no campo da política e gestão da educação, destacada no artigo, ao explicitar como a AC e suas técnicas podem ser utilizadas, a fim de que a partir de seus procedimentos sejam referenciados garantindo a cientificidade, legitimidade e rigor científico, necessários ao desenvolvimento das investigações.

Referências

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 70. Título original: L'Analyse de Contenu
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2007). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191. Recuperado em 21 de abril, 2020 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. CNPQ (2020). *Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil- Lattes*. Grupo de pesquisa. Grupo de

- Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE), 2020. Recuperado em 10 de maio, 2020 de <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/55647>.
- Flick, U. (2009a). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Flick, U. (2009b). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* [3. ed.]. Porto Alegre: Artmed.
- Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo* [2. ed.]. Brasília: Liber Livro.
- Gatti, B. (2012). A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, 28(1). DOI: <https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36066>.
- Guimarães, G. T.D., & Paula, M. C. (2020). Análise textual discursiva: entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(19) 677-705. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.19.380>.
- Mainardes, J. (2018). A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230034. Epub June 11, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230034>
- Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* [21. ed.]. Petrópolis: Vozes.
- Moraes, R (1999). Análise de conteúdo. Educação. *Revista da Faculdade de Educação*, ano 22, n. 37, 7-32, mar.
- Oliveira, E., Ens, R., Freire Andrade, D., & Muss, C. (2003). Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*, 4(9), 11-27. DOI: <http://dx.doi.org/10.7213/rde.v4i9.6479>.
- Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico. OCDE. (2010) *Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina, Brasil*. Paris: OCDE.
- Osborne. S. P. (2006). The New Public Governance? *Public Management Review*, 8 (3), 377–387. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>.
- Paro, V. H. (2015). *Diretor Escolar: educador ou gerente?* São Paulo: Cortez.
- Palú, J. (2019). *Planos de Gestão Escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó. Recuperado em 15 de março, 2020 de <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3322/1/PALU.pdf>.
- Petry, O. (2020). *II Seminário Norte e Sul em análise de conteúdo*. WhatsApp [Grupo de Pesquisa Oto/Ilma]. 29, out. 2020. 17:41. 1 mensagem de WhatsApp.
- Saint-Exupéry, A. (2008). *O pequeno príncipe*. Tradução de Dom Marcos Barbosa. Ed. rev. Rio de Janeiro: PocketOuro. Título original: Le petit prince.
- Sánchez Gamboa, S. (2007). *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos.

- Sander, B. (2009). Gestão Educacional: concepções em disputa. *Revista Retratos da Escola*, 3(4), 69-80. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v3i4.102>
- Santa Catarina (2012). Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. *Proposições de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina: visão do CEE sobre a avaliação da OCDE*. Florianópolis: CEE.
- Santa Catarina (2013). *Decreto n. 1.794, de 15 de outubro de 2013*. Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades. Florianópolis: ALESC/GCAN. Recuperado em 10 de outubro, 2019 de <https://bit.ly/2J0n5jn>.
- Santa Catarina (2019). *Decreto n. 144, de 12 de junho de 2019*. Dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão [...]. Florianópolis: Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Educação. Recuperado em 10 de outubro, 2019 de <https://bit.ly/2Mpy3RP>.
- Santa Catarina (2018a). Secretaria de Estado da Educação. *Censo Escolar Inicial – 2017*. Recuperado em 10 de janeiro, 2019 de <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/censo-278/indicadores-educacionais/dados-educacionais-1/dados-educacionais-2017/censo-escolar-inicial-2017>.
- Santa Catarina (2018b). Secretaria de Estado da Educação. *Educação em números*. Recuperado em 18 de setembro, 2018 de <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/educacao-em-numeros>. Acesso em: 18 set. 2018.
- Santa Catarina (2018c). Secretaria de Estado da Educação. *WEBGESC/Plano de Gestão Escolar 2016-2019*. Recuperado em 10 de junho, 2018 de <http://sistemas2.sed.sc.gov.br/webgesc>.
- Silva, A., & Fossá, M. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, 16(1). DOI: <http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v16i1.2113>
- Souza, Â. R. (2014). A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? *Práxis Educativa (Brasil)*, 9(2), 355-367. DOI:10.5212/PraxEduc.v.9i2.0003
- Souza, Â. R. (2016). A política educacional e seus objetos de estudo. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 1(1), 75-89, Recuperado em 27 de fevereiro, 2021 de <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10450>.
- Tello, C. G. (2012). Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. *Práxis Educativa*, 7(1), 53-68. DOI:10.5212/PraxEduc.v.7i1.0003.
- Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS. (2017). *Mestrado em educação*. Análise de Conteúdo: estudo dirigido. Recuperado em 26 de fevereiro, 2021 de <https://bit.ly/3pXBeQZ>.

- Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS. (2018). *Mestrado em educação*. Chamada Pública para inscrições em Seminários do Programa de Pós-Graduação em Educação 2018.2. Recuperado em 26 de fevereiro, 2021 de <https://bit.ly/3uDvdMY>.
- Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS. (2019). *Mestrado em Educação*. I Seminário de Política Educacional: Diálogos Norte e Sul. Recuperado em 26 de fevereiro, 2021 de <https://bit.ly/37T7vm6>.
- Vieira, S. (2007). Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, 23(1), 53-69. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol23n12007.19013>

Recebido: 25/01/2021
Aceito: 09/03/2021
Publicado: 08/09/2022

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.